

Respostas aos Recursos J01 – ADVOGADO

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
Questão 27	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Item I: A renúncia da prescrição pode ser expressa.</p> <p>Incorreto. Segundo o artigo 191 do Código Civil, a renúncia da prescrição só é válida se ocorrer depois que esta se consumir, e a renúncia que ocorra no período antes de sua consumação é nula. Além disso, a renúncia não precisa ser necessariamente expressa, podendo ser tácita, o que contradiz a afirmativa de que a renúncia pode ser expressa como uma regra geral.</p> <p>Item II: A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.</p> <p>Incorreto. O artigo 198, inciso I, do Código Civil especifica que a prescrição não corre entre vivos durante o inventário, desde a abertura até a partilha. Isso implica que a prescrição pode sim continuar contra o sucessor, desde que o inventário esteja concluído e a partilha realizada.</p> <p>Item III: Prescreve em cinco anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.</p> <p>Incorreto. O prazo prescricional para cobrança de aluguéis, conforme estipulado no artigo 206, §3º, III, do Código Civil, é de três anos e não cinco anos como mencionado.</p>	INDEFERIDO	

	<p>Item IV: Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegar em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.</p> <p>Correto. De acordo com o artigo 211 do Código Civil, a decadência convencional, aquela estabelecida por acordo entre as partes, deve ser alegada pela parte a quem aproveita, e o juiz não pode suprir a alegação de ofício, ou seja, por iniciativa própria.</p> <p>Item V: A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros.</p> <p>Correto. Segundo o artigo 204, §1º, do Código Civil, a interrupção da prescrição provocada por um dos credores solidários não prejudica os outros, assim como a interrupção efetuada contra o devedor principal não prejudica o fiador.</p> <p>Com base na análise, os únicos itens corretos são IV e V, o que torna a alternativa (E) a correta. As outras alternativas contêm itens com interpretações erradas das normas legais sobre prescrição e decadência no Código Civil.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
Questão 29	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Análise das alternativas:</p> <p>Alternativa A: somente a construção da piscina será indenizada caso Cláudio perca a posse do imóvel, independente se a posse é de boa-fé e, poderá ainda exercer o direito de retenção.</p> <p>Incorreto. No Código Civil, as benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias podem ser indenizadas se o possuidor era de boa-fé, e o possuidor de boa-fé também tem direito de retenção para as benfeitorias necessárias e úteis, não apenas para as voluptuárias como a piscina. Além disso, a boa-fé do possuidor é essencial para exercer o direito de retenção.</p> <p>Alternativa B: somente o conserto de telhados será indenizado caso Cláudio perca a posse do imóvel, independente se a posse é de boa-fé, sem exercer o direito de retenção.</p>	INDEFERIDO	

	<p>Incorreto. Conserto de telhados geralmente se classifica como benfeitoria necessária, que deve ser indenizada tanto para possuidores de boa-fé quanto de má-fé. No entanto, a possibilidade de retenção depende da boa-fé.</p> <p>Alternativa C: somente a ampliação da garagem será indenizada caso Cláudio perca a posse do imóvel, independente se a posse é de boa-fé e, poderá ainda exercer o direito de retenção.</p> <p>Incorreto. A ampliação da garagem pode ser considerada uma benfeitoria útil, que é indenizável para o possuidor de boa-fé e também dá direito de retenção se o possuidor é de boa-fé. A boa-fé é relevante tanto para a indenização quanto para o direito de retenção.</p> <p>Alternativa D: todos os gastos serão ressarcidos caso Cláudio perca a posse do imóvel, independente se a posse é de boa-fé, sem exercer o direito de retenção.</p> <p>Incorreto. A indenização por benfeitorias úteis e voluptuárias, bem como o direito de retenção, dependem da boa-fé do possuidor. Possuidores de má-fé têm direito apenas à remoção das benfeitorias, se possível, ou à indenização das necessárias.</p> <p>Alternativa E: todos os gastos serão ressarcidos caso Cláudio perca a posse do imóvel, desde que seja de boa-fé e, poderá ainda exercer o direito de retenção.</p> <p>Correto. Segundo o artigo 1.219 do Código Civil, o possuidor de boa-fé tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis e ao levantamento das voluptuárias, caso não sejam adquiridas pelo proprietário. Além disso, possui direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis para garantir a indenização.</p> <p>Portanto, a alternativa E é correta porque reconhece que todos os tipos de gastos (necessários, úteis e voluptuários) realizados por Cláudio em boa-fé são passíveis de indenização, e ele também pode exercer o direito de retenção por essas benfeitorias.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
Questão 30	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:	DEFERIDO	

	<p>É necessário revisar a redação do artigo 580 do Código Civil brasileiro de 2002, que trata especificamente sobre a administração de bens por tutores e curadores. O artigo menciona:</p> <p>Art. 580. "Durante a menoridade, é vedado ao tutor, sob pena de nulidade, dar em locação ou empréstimo os bens do menor, sem especial autorização do juiz."</p> <p>Esse artigo é crucial para responder corretamente à questão.</p> <p>Alternativa B: os tutores poderão dar em comodato, somente com autorização especial, os bens confiados à sua guarda.</p> <p>De acordo com o artigo 580 do Código Civil, a alternativa B está correta, pois o tutor precisa de uma autorização especial do juiz para dar em comodato os bens do tutelado, uma medida que visa proteger o patrimônio do menor ou incapaz sob sua tutela. Logo, as alternativas B e C estão corretas.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO E A QUESTÃO ANULADA.</p>		
Questão 43	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa E é a correta e as demais não se aplicam ao conceito de autorização no contexto do direito administrativo por vários motivos específicos. Vamos analisar cada uma delas para esclarecer o porquê:</p> <p>Alternativa A: ato unilateral e discricionário pelo qual se exerce o controle, a priori ou a posteriori, do ato administrativo.</p> <p>Incorreto. Essa descrição se assemelha mais a uma definição de fiscalização ou controle administrativo do que a uma autorização. Autorizações não são primariamente formas de controle de atos, mas permissões para ações que de outra forma seriam proibidas.</p>	INDEFERIDO	

	<p>Alternativa B: ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta, ao particular, a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público.</p> <p>Incorreto. Esta descrição se encaixa melhor na definição de permissão de uso, especialmente relacionada à execução de serviços públicos ou uso de bens públicos, e não descreve corretamente o conceito de autorização, que está geralmente mais voltado para atividades que, sem esse consentimento, seriam ilegais.</p> <p>Alternativa C: ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público.</p> <p>Incorreto. Esta definição é mais apropriada para uma licença, onde a Administração reconhece um direito baseado no cumprimento de requisitos legais preestabelecidos, e não discricionariamente.</p> <p>Alternativa D: ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.</p> <p>Incorreto. Novamente, esta descrição se assemelha mais à de uma licença, onde há uma vinculação aos requisitos legais e não uma discricionariedade na decisão.</p> <p>Alternativa E: ato unilateral e discricionário pelo qual a Administração faculta ao particular o desempenho de atividade material ou a prática de ato que, sem esse consentimento, seriam legalmente proibidos.</p> <p>Correto. Esta é a definição mais precisa de uma autorização no contexto do direito administrativo. A autorização é um ato administrativo pelo qual a Administração, de forma discricionária, permite ao particular realizar uma atividade que de outra forma não poderia legalmente executar. É um instrumento que habilita algo que seria proibido, refletindo um grau de liberalidade e confiança na conduta do administrado sob condições específicas impostas pela Administração. Portanto, a alternativa E é correta porque capta essencialmente a natureza e a função da autorização no âmbito do direito administrativo, diferenciando-a de outros atos administrativos como permissões e licenças.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
--	---	--	--

<p>Questão 45</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A letra D é correta porque reflete corretamente a definição de entidades do terceiro setor conforme explicado por teóricos como Maria Sylvia Di Pietro. As organizações do terceiro setor são distintas das entidades públicas (primeiro setor) e das empresas privadas com fins lucrativos (segundo setor). Vamos analisar cada alternativa para esclarecer os conceitos:</p> <p>Alternativa A: caracterizam-se por prestar atividade de interesse privado, por iniciativa pública, com fins lucrativos.</p> <p>Incorreto. Organizações do terceiro setor não são caracterizadas por interesses privados nem são iniciativas públicas, e principalmente, não têm fins lucrativos. Esta descrição não corresponde ao conceito de terceiro setor.</p> <p>Alternativa B: caracterizam-se por prestar atividade de interesse público, por iniciativa pública, com fins lucrativos.</p> <p>Incorreto. Embora atuem em interesse público, organizações do terceiro setor não são iniciadas pela esfera pública e definitivamente não visam lucro.</p> <p>Alternativa C: caracterizam-se por prestar atividade de interesse público, por iniciativa pública, sem fins lucrativos.</p> <p>Incorreto. Esta descrição parece descrever entidades governamentais ou públicas que operam sem fins lucrativos, mas não captura a essência do terceiro setor, que é predominantemente de iniciativa privada.</p> <p>Alternativa D: caracterizam-se por prestar atividade de interesse público, por iniciativa privada, sem fins lucrativos.</p> <p>Correto. Esta alternativa descreve corretamente as organizações do terceiro setor, que são iniciativas privadas, não têm fins lucrativos e trabalham em prol do interesse público. Exemplos incluem ONGs, fundações e associações que servem a interesses sociais, culturais, ambientais, entre outros.</p> <p>Alternativa E: caracterizam-se por prestar atividade de interesse privado, por iniciativa privada, sem fins lucrativos.</p>	<p>INDEFERIDO</p>	
-------------------	---	-------------------	--

	<p>Incorreto. Embora a iniciativa privada e a ausência de lucratividade estejam corretas para algumas entidades do terceiro setor, o foco não está em interesses privados, mas sim em interesses públicos ou comunitários.</p> <p>Portanto, a alternativa D é a correta porque acertadamente identifica as organizações do terceiro setor como entidades privadas que prestam serviços de interesse público e operam sem fins lucrativos, preenchendo uma lacuna entre o setor público e o setor privado comercial.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
Questão 48	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão proposta aborda a competência jurisdicional para casos de recuperação judicial, extrajudicial e falência de empresas, que se relaciona diretamente com o Direito Empresarial. Dentre os conteúdos programáticos elencados no edital, o que abrange esse tema está relacionado à "ordem econômica e financeira", pois tais procedimentos de recuperação e falência impactam diretamente na economia e na administração das empresas envolvidas.</p> <p>A questão também tangencia áreas do Direito Processual Civil, como as normas sobre competência jurisdicional e administração dos processos. Todavia, o foco principal é o Direito Empresarial, especificamente na gestão de crises empresariais (recuperação e falência).</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	
Questão 59	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Na contestação, o réu poderá alegar que houve recusa em receber a quantia ou a coisa devida.</p> <p>Falso (F): Na ação de consignação em pagamento, conforme o Artigo 539 do Código de Processo Civil (CPC), a ação é proposta pelo devedor quando existe uma recusa por parte do credor em receber o pagamento ou quando existem dúvidas sobre</p>	DEFERIDO	

	<p>quem deve realmente receber o pagamento, entre outras situações que justifiquem o depósito judicial.</p> <p>A primeira afirmação diz:</p> <p>Na contestação, o réu poderá alegar que houve recusa em receber a quantia ou a coisa devida.</p> <p>A questão de quem é o "réu" na ação de consignação em pagamento pode levar a confusões. Neste tipo de ação, o réu é tipicamente o credor que recusou receber o pagamento ou sobre cujo direito ao pagamento existe uma disputa.</p> <p>Portanto, a alegação do réu (credor) na contestação de que houve recusa em receber não faz sentido, porque o réu seria quem recusou o recebimento, e a ação foi justamente iniciada por causa dessa recusa. Portanto, a afirmação é falsa</p> <p>Falso (F): A alegação sobre a justiça da recusa do credor em receber o pagamento não é uma defesa típica na contestação do réu na ação de consignação em pagamento. A discussão principal na ação de consignação é se a recusa foi ou não justificada, não sobre a justiça da recusa por parte do requerente (devedor). Na contestação, o réu poderá alegar que o depósito não se efetuou no prazo ou no lugar do pagamento.</p> <p>Verdadeiro (V): Esta é uma defesa válida na contestação, conforme Art. 539, §2 do CPC. Se o depósito não foi feito no prazo ou no lugar correto, a consignação pode ser invalidada, e essa é uma contestação válida pelo réu (credor). Na contestação, o réu poderá alegar que o depósito é integral.</p> <p>Falso (F): Normalmente, a alegação de que o depósito é integral seria uma afirmação do requerente (devedor) e não uma alegação do réu. O réu (credor) pode contestar alegando que o depósito não é integral, isto é, que o valor depositado não cobre completamente o montante devido.</p> <p>Portanto, a sequência correta é F - F - V - F;</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO e QUESTÃO ANULADA.</p>		
--	---	--	--